

Factcheck 8 - Vouchers são uma boa política para se aplicar no Brasil?

Tem crescido a recomendação de que se use o programa de Vouchers americano como política pública no Brasil. É o caso de um [artigo no site do Instituto Millenium](#), de Fernando Schuler que, mesmo admitindo que seus resultados “são mistos”, ou seja, ora funcionam, ora não funcionam, recomendam a medida.

Para tal, ele usa dados do [CREDO](#) – Center for Research on Educational Outcomes. O Centro é favorável ao uso de vouchers, mas tem produzido pesquisas que acabam mostrando as próprias fragilidades desta política, a despeito de que seus relatórios são publicados por ele mesmo e não são submetidos a revisão por pares e seus conceitos e medidas têm sofrido reparos de analistas, como veremos.

Para se ver como o campo é controverso e não pode orientar política pública, basta se ler a revisão feita por um grupo de pesquisadores do National Education Policy Center – NEPC – que [analisa criticamente um relatório produzido](#) pelo Institute for Law and Liberty, sobre um dos programas de vouchers mais antigos dos Estados Unidos, o Milwaukee Parental Choice Program:

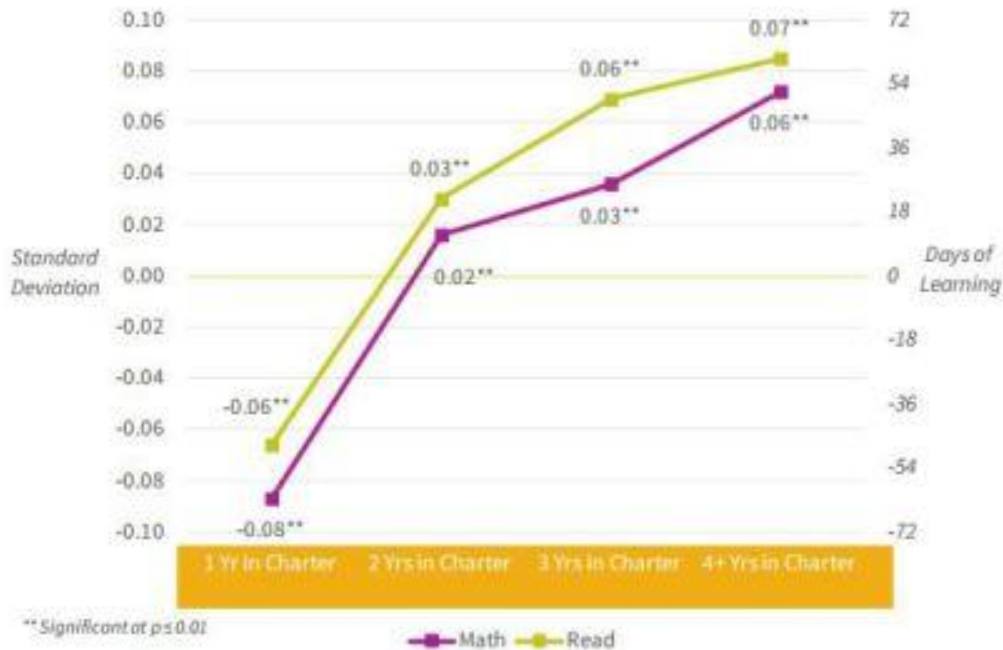
“Apesar do investimento significativo em vouchers escolares em Wisconsin, as avaliações acadêmicas do Milwaukee Parental Choice Program e outros programas de vouchers em todo o país fracassaram em demonstrar que os vouchers são efetivos para capacitar as famílias de baixa renda, melhorar as escolas públicas, aumentar o desempenho dos alunos, ou economizar dinheiro dos contribuintes.”

Ou seja, tudo que os vouchers e seus defensores prometem como consequência para o seu programa, não está sendo obtido. Não havendo dados sistemáticos em defesa de suas propostas, os reformadores e ideólogos dos vouchers limitam-se a proclamar seu ideário e a dizer que os dados “são mistos”.

Mas o reconhecimento de que os dados são mistos não os impede de falar com assertividade como se os dados fossem claramente favoráveis às suas políticas. Isso porque os reformadores têm uma confiança inabalável de que os malefícios de sua política, um dia, serão corrigidos e ela funcionará. Enquanto isso, fazem um reconhecimento inevitável da fragilidade das propostas, pelo qual passam, para logo deixarem este reconhecimento de lado, em direção à proclamação ideológica recheada aqui e acolá de algum dado que dê aparência de cientificidade à proposta.

No caso em questão, Schuler apela em sua manifestação para dados periféricos de um [relatório do CREDO de 2013](#) no qual, através de uma curiosa medida chamada “dias de aprendizagem ganhos pelo aluno”, tenta mostrar a superioridade da proposta.

Figure 42: Impact by Students' Years of Enrollment in Charter School



Os autores do relatório (CREDO) procuram registrar que à medida que os alunos são transferidos para o programa de vouchers e permanecem nele, melhoram (0.08) seu desempenho ao longo de quatro anos (em termos de dias de aprendizagem a mais obtido em comparação com estudantes da escola pública), a despeito de que o primeiro ano ele seja inferior (-0.08).

Deixando de lado a curiosa conversão de valores de desvio padrão em “Dias de Aprendizagem” e o próprio valor do desvio padrão em questão (0.08), claramente insuficiente para pautar política pública em um campo que produz “resultados mistos”, é importante ressaltar que os próprios autores do estudo (CREDO) advertem que:

“O crescimento dos alunos nas escolas charter pode mudar à medida que os estudantes continuam matriculados ao longo do tempo. Os alunos foram agrupados com base no número de anos consecutivos em que foram matriculados em escolas charter. Para essa análise, estudamos os ganhos médios dos alunos que se matricularam em escolas charter por um ano, dois anos, três anos e quatro ou mais anos. Para garantir uma contagem exata do número de anos em que um aluno está matriculado em uma escola autônoma, esta análise foi restrita apenas aos estudantes que se transferiram para uma escola autônoma entre a primavera de 2006 e a primavera de 2011. Esta restrição resulta em um número menor de estudantes em nossos dados, de modo que os resultados desta análise não devem ser contrastados com outros achados neste relatório.” (p.79)

Além disso, [respondendo aos críticos do NEPC, o próprio CREDO diz](#) em defesa de sua medida “dias de aprendizagem ganhos” que:

“Desejamos enfatizar que a conversão em dias de aprendizagem é apenas uma **aproximação vaga do tamanho do efeito** (a loose approximation) para fornecer um senso de escala para auxiliar o leitor na interpretação dos tamanhos do efeito. Os tamanhos de efeito são as medidas calculadas matematicamente,

produzidas pelos modelos estatísticos e devem ser a base para as decisões políticas [ênfase adicionada]. Além disso, durante o relatório, usamos palavras como “aproximadamente”, “cerca de”, “em torno de”, etc. para recordar ao leitor a natureza aproximada do conceito de dias de aprendizagem (p. 12).”

Ou seja, este conceito de dias de aprendizagem, por mais interessante que possa parecer, não serve, como dizem os autores do estudo, para orientar política pública, devendo-se remeter aos tamanhos de efeitos “calculados matematicamente, produzidos nos modelos estatísticos” – claro, se você acredita que isso seja suficiente para fazer política (ver ainda outras críticas [referentes ao estudo CREDO 2015](#) onde o mesmo conceito é usado).

Ocorre no entanto que, como se verá logo mais, o desvio padrão positivo que o CREDO alega obter a favor das escolas charters, seja no conjunto de seu relatório de 2013, seja aquele que apresenta neste estudo periférico citado por Schuler sobre a evolução dos que permanecem nas charters por até quatro anos, são absolutamente ínfimos quando se consideram as diferenças “calculadas matematicamente, produzidas nos modelos estatísticos” e não os tais “dias de aprendizagem”.

Se agora tomamos o relatório do CREDO, em seu conjunto, e a revisão feita [pelo NEPC, verifica-se que ele não tem a potência que Schuler sugere. Para o NEPC:](#)

“Os pesquisadores da CREDO também não justificam suficientemente sua estimativa de crescimento, que eles expressam usando problemático conceito de “dias de aprendizagem”. Além disso, eles usam modelos de regressão que não conseguem abordar a independência das observações e a ausência de erro de medição – duas premissas fundamentais exigidas em tais análises.

Essas preocupações “técnicas” poderiam facilmente implicar diferenças nos resultados do estudo que são substancialmente maiores do que os próprios resultados destacados atribuídos às diferenças entre escolas charter e escolas públicas tradicionais.

Mesmo que as preocupações com os métodos analíticos do estudo fossem deixadas de lado, Maul e McClelland ressaltam que o próprio estudo mostra apenas um pequeno impacto real por parte das escolas charter: “menos de um centésimo de um por cento da variação no desempenho do teste é explicável pela matrícula da escola charter”, eles escrevem. Especificamente, os estudantes em escolas charter foram estimados com aproximadamente 0,01 desvios-padrão nos testes de leitura e 0,005 desvios padrão mais baixos em testes de matemática do que seus pares nas escolas públicas tradicionais.

“Com um tamanho de amostra muito grande, quase qualquer efeito será estatisticamente significativo”, pensam os revisores, “mas, em termos práticos, esses efeitos são tão pequenos que devem ser considerados, sem hipérbole, triviais”.

No conjunto do relatório do CREDO de 2013 a alegada vantagem das escolas charters não tem o impacto que Schuler pretende dar pinçando um estudo periférico relativo à permanência de estudantes em escolas charters por quatro anos. Usa-se o dado como justificativa para pontificar:

“Estamos construindo no Brasil, por causa do corporativismo, um modelo que opõe escolas “de pobres” e escolas “de ricos”. É preciso quebrar isso.” “A corporação com seus “direitos” e os mais ricos à salvo em boas escolas particulares. Os mais pobres, como reza a tradição, em silêncio.”

“Penso que é preciso mudar. O país precisa experimentar novas formas de gestão da educação pública, do ensino básico ao ensino superior, sem preconceitos. No plano global, há duas grandes linhas de inovação: os sistemas de voucher, em que o governo oferece uma bolsa e dá direito de escolha às famílias, em vez de gerenciar escolas; e o modelo das escolas charter, em que o governo assina contratos de gestão com instituições especializadas, de direito privado e sem fins lucrativos. Em ambos os casos, o governo passa da condição de gestor direto para regulador do sistema.”

Segundo Schuler, até mesmo o Chile, campeão em segregação escolar, já teria resolvido o problema em 2008:

“Em 2008, o sistema foi reformado. Aumentou-se o valor da bolsa oferecida aos estudantes de famílias com menor renda e cresceu o monitoramento do governo sobre a qualidade do ensino. As escolas foram classificadas em três graus crescentes de autonomia, com base nos resultados alcançados: escolas em recuperação, emergentes e autônomas. Nos cinco anos que se seguiram à reforma, caiu em um terço a diferença de resultados obtidos pelos estudantes de maior renda e por aqueles com maior vulnerabilidade.”

Leia mais [aqui](#).

Schuler não cita fontes. Apenas afirma. Não mostra dados que respaldem suas propostas de políticas públicas e quando nos permite vislumbrar de que dados está falando, como os do CREDO, eles não dão conta de respaldar sua política.

No início de 2017, o New York Times abordou a questão dos vouchers dizendo:

Mas quando a “escolha da escola” está pronta para ir para o cenário nacional, uma onda de novas pesquisas surgiu sugerindo que os vouchers para escolas privadas podem prejudicar os alunos. Os resultados são surpreendentes – o pior da história do campo, dizem os pesquisadores.”

Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).

Sobre a situação chilena, um [artigo de Alfredo Gaete and Stephanie Jones](#) (2015) mostra como a questão é mais complexa do que expõe Schuler.

Mas para Schuler:

“É assustador o destino de um país feito de “escolas para os mais pobres” versus “escolas para os mais ricos”. É exatamente o que estamos construindo no Brasil. A mudança desse cenário não é nada simples. Esbarra na resistência corporativa e no interesse meramente retórico que boa parte de nosso progressismo acadêmico tem pela vida real dos menos favorecidos. E, por fim, tropeça na inércia do sistema político. É sempre mais fácil abrir concurso público e atender à gritaria de alguma corporação do que inovar e buscar alternativas mais complicadas.”

Com chavões anti-estado e anti-serviço público Schuler divulga sua ideologia de costas para os dados disponíveis.

Veja relatórios que podem ser consultados para verificar a fragilidade desta política:

CREDO [sobre as charters em Ohio](#) 2014

[Center for Public Education](#) 2015
[Brookings Institution](#) sobre os efeitos negativos dos vouchers 2016
[Education Research Alliance](#) sobre vouchers em Louisiana 2016
[Fordham Institute](#) sobre Ohio 2016
Livro de Frank Adamson: [GLOBAL EDUCATION REFORM](#) 2016
[Matéria sobre a apropriação dos vouchers por escolas religiosas](#) 2017
Livro de [Mercedes Schneider](#) sobre [SCHOOL CHOICE](#) 2017
Análise do resultado do [programa de vouchers em Washington \(DC\)](#) 2017